

Análise de Conjuntura: uma proposta de questões orientadoras e critérios de qualidade

DANIEL JATOBÁ*

*Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ) e Mestre em Relações Internacionais (IREL/UnB). Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais (PET-REL/UnB). Professor do IREL/UnB, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Estudos Comparados sobre as Américas, do Instituto de Ciências Sociais/UnB (PPGECsA/ICS/UnB) e um dos Coordenadores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/IREL/UnB).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4101446986138775..>

Éis a dupla função deste texto: servir como roteiro de elaboração para quem escreve análises de conjuntura e, simultaneamente, como referência formativa para quem assume a tarefa de avaliá-las – docentes, discentes, pareceristas ou editores de periódicos. O roteiro proposto consiste em questões orientadoras para elaborar e avaliar análises, as quais por sua vez remetem a um conjunto de categorias que as caracterizam.

Além disso, proponho também um conjunto de critérios de qualidade para fomentar, quem sabe, um debate sobre as características que possuem as análises de conjuntura de excelência, a partir de parâmetros que possam ser adotados na avaliação e apresentação de devolutivas para textos dessa natureza submetidos à publicação.

É preciso advertir, entretanto, que as questões orientadoras e os critérios de avaliação aqui propostos não constituem uma receita mecânica, mas uma estrutura conceitual que sustenta análises mais claras, coerentes e interpretativamente densas.

O texto parte de uma premissa simples: a elaboração de uma análise de conjuntura é uma atividade intelectual especializada, que exige método, categorias claras e procedimentos rigorosos. Não se trata de descrever fatos, comentar acontecimentos recentes ou emitir opiniões qualificadas sobre o tempo presente.

⁴JATOBÁ, Daniel. *Análise de conjuntura: o que é e como se faz?* Revista PETREL, v. 7, n. 1, p. 189-206, 2025. Disponível em: https://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v7_n1_mai_2025/Jatoba_Analise.pdf.

O que se entende por análise de conjuntura? Conforme argumentei em artigo anterior⁴, ela pode ser definida como uma operação interpretativa que articula teoria e evidências empíricas para conferir inteligibilidade a uma configuração específica de processos, acontecimentos, agentes e relações de poder, delimitada por recorte temático, temporal e espacial preciso. O núcleo de uma análise é a reconstrução das dinâmicas que os conectam, das forças que os movem e dos condicionantes históricos e estruturais que conferem sentido a determinada conjuntura.

Não há interesse em repetir os fundamentos já desenvolvidos antes. Em vez disso, o presente texto visa a complementá-los por meio de um registro mais operacional, destinado a apoiar a elaboração e a apreciação crítica de análises concretas.

Essa mudança de ênfase implica uma alteração de linguagem e de formato: em lugar de desenvolvimentos conceituais e teóricos extensos, privilegia-se a sistematização de perguntas orientadoras e critérios de qualidade que convertam categorias analíticas em operações intelectuais efetivas. Trata-se de explicitar o que analistas experientes fazem, muitas vezes de modo tácito: selecionar acontecimentos relevantes, delimitar recortes, identificar agentes, estimar recursos, reconstruir correlações de forças, articular conjuntura, história e estrutura e avaliar desdobramentos possíveis, distinguindo aqueles mais prováveis.

Por fim, cabe reiterar aqui um compromisso epistemológico fundamental, apoiado na distinção entre conhecer e julgar. A análise só preserva seu valor cognitivo quando explicita seus pressupostos e subordina suas interpretações às evidências. Sem essa distinção, a análise se reduz à mera opinião; com ela, converte-se em instrumento de compreensão rigorosa do presente.

O texto desenvolve-se em três seções. Na primeira, é realizada uma breve reativação conceitual de cada um dos sete componentes fundamentais da análise de conjuntura, seguida de questões destinadas tanto à sua elaboração quanto à sua avaliação crítica. Na segunda, propõe-se uma tipologia de maturidade analítica estruturada em três níveis qualitativos — insuficiente, adequada e excelente. Na última seção, realiza-se uma síntese interpretativa do percurso desenvolvido, explicitando o sentido epistemológico dos critérios propostos e reafirmando a análise de conjuntura como prática metodologicamente disciplinada de produção de inteligibilidade e lucidez estratégica.

1. Reativação conceitual e questões orientadoras para a elaboração e avaliação de análises de conjuntura

Antes de formular critérios de qualidade, convém que se reative, de modo sintético, o repertório conceitual mínimo que estrutura a análise de conjuntura. Como discutido no artigo anterior, esse tipo de análise organiza-se em torno de um conjunto relativamente estável de categorias que funcionam como ferramentas intelectuais para ordenar a investigação empírica e a interpretação dos processos sociais: acontecimentos disparadores da conjuntura; agentes envolvidos na conjuntura e seus interesses, recursos e comportamentos; correlação de forças entre eles; arenas ou espaços de disputa; articulação entre conjuntura, história e estrutura; desdobramentos ou cenários possíveis, distinguindo os mais prováveis; e orientações estratégicas, quando cabíveis.

Esses componentes não se apresentam prontos na realidade, não são dados à mera observação neutra do analista. Eles constituem construções analíticas, isto é, são formas de recortar, selecionar e relacionar informações dispersas, de modo a produzir inteligibilidade a determinada conjuntura. O que segue não é uma reapresentação exaustiva desses conceitos, mas definições operacionais concisas, imediatamente acompanhadas de questões orientadoras voltadas tanto à elaboração quanto à avaliação de análises de conjuntura.

1.1 Acontecimentos disparadores da conjuntura

Toda análise inicia-se pela identificação dos acontecimentos e processos que estruturam a configuração singular da conjuntura examinada. Um acontecimento é um fato dotado de capacidade explicativa, na medida em que produz efeitos relevantes sobre a dinâmica política, econômica ou social. É preciso identificar aquilo que altera a correlação de forças, que reorganiza as estratégias de agentes e/ou que inaugura novos horizontes de possibilidade.

Não se trata de enumerar fatos, mas de discernir aqueles que, por sua relevância e efeitos, desencadeiam reconfigurações do campo político, econômico ou social. O trabalho analítico consiste em distinguir o que são fatos, simples fatos, daquilo que são acontecimentos, explicitando os critérios de seleção desses acontecimentos e demonstrando por que são centrais para a compreensão da conjuntura e para os processos que põem em movimento.

Acontecimentos disparadores da conjuntura	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. Quais acontecimentos e processos configuram o núcleo explicativo da conjuntura analisada?	1. A escolha dos acontecimentos revela critérios analíticos explícitos ou parece arbitrária?
2. Que problema específico orienta a seleção desses acontecimentos?	2. Há distinção consistente entre descrição factual e hierarquização interpretativa?
3. O recorte temporal e espacial está claramente delimitado e justificado?	3. O recorte adotado é coerente com o problema formulado?
4. Em que medida os eventos destacados expressam rupturas, inflexões ou culminações de dinâmicas cumulativas?	4. Os acontecimentos selecionados sustentam, de forma demonstrável, a interpretação apresentada?

1.2 Agentes envolvidos na conjuntura, seus interesses, recursos e comportamentos

A conjuntura se materializa por meio da atuação de sujeitos concretos — indivíduos, grupos, organizações, classes, Estados ou coalizões — que por sua vez interpretam a realidade e buscam influenciar seus desdobramentos. Identificar os agentes relevantes exige mais do que nomeá-los: é necessário explicitar os interesses que orientam sua ação, estimar os recursos de que dispõem e compreender como os mobilizam estrategicamente. Em esforço de síntese apertada, cabe afirmar que interesses definem direções, recursos condicionam possibilidades e padrões de comportamento revelam como tais capacidades são efetivamente exercidas na prática.

Agentes e seus interesses, recursos e comportamentos	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. Quais agentes detêm capacidade efetiva de influenciar a conjuntura e como se distinguem, entre eles, os atores centrais dos periféricos?	1. A identificação dos agentes é coerente com a dinâmica apresentada ou revela lacunas relevantes?
2. Que interesses substantivos orientam suas estratégias e posicionamentos?	2. Os interesses atribuídos estão fundamentados em evidências ou resultam de inferências frágeis?
3. De que recursos dispõem e como esses recursos são mobilizados na prática?	3. A estimativa de recursos distingue capacidade formal de influência efetiva?
4. Como se configuram os comportamentos dos agentes envolvidos na conjuntura examinada?	4. A caracterização dos agentes evita simplificações, personalizações excessivas ou generalizações indevidas?

1.3 Correlação de forças

A correlação de forças corresponde à configuração relacional entre agentes, seus interesses, recursos e estratégias em determinado momento. Não se trata da soma de capacidades isoladas, mas do modo como essas capacidades se confrontam, se articulam ou se neutralizam na interação concreta. O poder, aqui, não é um atributo fixo, mas uma relação dinâmica, historicamente situada e permanentemente tensionada.

Analisar a correlação de forças implica observar como os agentes se posicionam uns em relação aos outros, que alianças se formam, que antagonismos se intensificam, quais capacidades são efetivamente mobilizadas e como o equilíbrio vigente se estabiliza ou se desloca ao longo do tempo. Mais do que identificar quem possui recursos, trata-se de compreender quem consegue convertê-los em influência real na dinâmica da conjuntura.

Correlação de forças	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. Como se configuram, em termos relacionais, as posições dos agentes na conjuntura analisada?	1. A análise reconstrói a correlação de forças de modo relacional ou apenas enumera recursos isolados?
2. Que alianças, antagonismos ou convergências estruturam o equilíbrio vigente?	2. As mudanças no equilíbrio são demonstradas com base em evidências ou apenas afirmadas?
3. Quais capacidades são efetivamente mobilizadas e com que resultados?	3. Há articulação entre eventos específicos e reconfigurações na distribuição de poder?
4. O equilíbrio observado apresenta estabilidade, fragilidade ou tendência a deslocamento?	4. As conclusões decorrem logicamente da dinâmica apresentada?

1.4 Arenas ou espaços de disputa

Nenhuma disputa se desenvolve no vazio. As interações entre agentes ocorrem em arenas específicas — institucionais, territoriais ou simbólicas — dotadas de regras próprias, graus diferenciados de acesso e mecanismos distintos de validação e decisão. Parlamentos, tribunais, governos, ruas, meios de comunicação, mercados ou organismos internacionais constituem espaços nos quais a disputa se organiza e adquire forma.

Cada arena estrutura possibilidades e limites: favorece determinados agentes, impõe constrangimentos a outros e condiciona o tipo de recurso que pode ser mobilizado com maior eficácia. A mudança de arena pode alterar significativamente a correlação de forças, deslocando o eixo da disputa e reconfigurando estratégias. Analisar a conjuntura exige, portanto, identificar onde a disputa se efetiva, compreender a lógica interna de cada espaço e examinar como os agentes ajustam sua atuação em função dessas condições.

Arenas ou espaços de disputa	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. Em quais arenas se concentram as interações decisivas da conjuntura analisada?	1. A análise identifica claramente o espaço onde as decisões se produzem ou trata a disputa de forma abstrata?
2. Que regras formais ou informais estruturam o funcionamento desses espaços?	2. As particularidades institucionais das arenas são consideradas na interpretação?
3. Determinadas arenas favorecem estruturalmente alguns agentes em detrimento de outros?	3. O texto demonstra como a mudança de arena impacta a correlação de forças?
4. Há deslocamentos estratégicos entre arenas que alteram o curso da disputa?	4. Há articulação consistente entre dinâmica espacial e estratégias dos agentes?

1.5 Articulação entre conjuntura, história e estrutura

Nenhuma conjuntura é autossuficiente. Ela constitui uma condensação temporal na qual se entrelaçam dinâmicas imediatas, heranças históricas e condicionantes estruturais de média e longa duração. Compreender uma conjuntura exige situá-la em múltiplas temporalidades: captar o evento presente sem dissociá-lo dos processos acumulados que moldam o campo das possibilidades.

As estruturas, sejam elas definidas em termos institucionais, econômicos, sociais ou sistêmicos, não determinam mecanicamente os resultados, mas delimitam margens de ação, distribuem recursos e estabelecem relações possíveis. A análise deve distinguir transformações conjunturais de mudanças estruturais, identificar continuidades que persistem sob a aparência de ruptura e reconhecer sinais de inflexão que possam indicar reconfigurações mais profundas. Temporalizar a análise é evitar tanto o impressionismo do presente quanto o determinismo retrospectivo.

Articulação entre conjuntura, história e estrutura	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. Quais condicionantes históricos e estruturais delimitam o campo de possibilidades da conjuntura analisada?	1. A análise evita tratar o presente como fenômeno isolado ou excepcional?
2. Como o evento presente se articula com processos de média e longa duração?	2. A dimensão estrutural é mobilizada como explicação analítica ou apenas mencionada de forma genérica?
3. O texto distingue adequadamente inflexões conjunturais de transformações estruturais?	3. Há coerência entre diagnóstico conjuntural e condicionantes históricos apresentados?
4. Há indícios de permanência, acomodação ou ruptura na dinâmica histórica em curso?	4. O texto equilibra reconhecimento de limites estruturais com abertura às possibilidades emergentes?

1.6. Cenários possíveis, distinguindo os mais prováveis

A análise de conjuntura não se encerra na descrição do equilíbrio presente. A partir da configuração atual de agentes, recursos, arenas e correlação de forças — articulada às condicionantes históricas e estruturais — torna-se possível projetar desdobramentos plausíveis. Não se trata de antecipar o futuro como exercício de adivinhação, mas de formular hipóteses prospectivas ancoradas nas tendências identificadas no diagnóstico.

Toda conjuntura contém um campo de possibilidades aberto, porém desigualmente estruturado. Nem tudo o que é possível é igualmente provável. A tarefa analítica consiste em identificar vetores em fortalecimento ou declínio, reconhecer pontos de inflexão potenciais e hierarquizar cenários segundo graus relativos de probabilidade. Essa hierarquização deve explicitar as incertezas envolvidas e os fatores críticos capazes de alterar significativamente o curso dos acontecimentos. Prospectar é, portanto, prolongar o diagnóstico no tempo, mantendo rigor e prudência.

Cenários possíveis, distinguindo os mais prováveis	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. Quais cenários plausíveis emergem da configuração atual da conjuntura?	1. A perspectiva apresentada decorre logicamente do diagnóstico anterior?
2. Que tendências observáveis sustentam cada um desses cenários?	2. Há distinção clara entre possibilidades abstratas e probabilidades fundamentadas?
3. Como se distribuem, entre eles, diferentes graus de probabilidade?	3. Os cenários são sustentados por tendências identificáveis ou por suposições especulativas?
4. Quais fatores críticos poderiam alterar significativamente o curso projetado?	4. O texto explicita incertezas e variáveis condicionantes relevantes?

1.7 Orientações estratégicas, quando cabíveis

Em determinadas circunstâncias, a análise de conjuntura pode fundamentar orientações estratégicas dirigidas a atores específicos. Essas orientações, contudo, não constituem parte necessária da análise, mas derivação eventual de um diagnóstico previamente estabelecido. Só são legítimas quando decorrem logicamente da configuração descrita e das probabilidades estimadas.

A formulação estratégica exige clareza quanto ao destinatário, explicitação dos objetivos considerados e coerência com os recursos efetivamente disponíveis. Recomendações que ignoram a correlação de forças, os condicionantes estruturais ou os cenários mais prováveis rompem a consistência analítica. Orientar estrategicamente não significa substituir a análise por mera prescrição normativa, mas explicitar implicações práticas que emergem do diagnóstico, mantendo a distinção entre compreensão do real e preferência política.

Orientações estratégicas	
Questões para a elaboração	Questões para a avaliação
1. A orientação proposta decorre logicamente do diagnóstico apresentado?	1. Há coerência entre diagnóstico, cenários projetados e recomendações formuladas?
2. O destinatário estratégico está claramente definido?	2. A orientação ignora condicionantes estruturais ou limites operacionais?
3. Os objetivos considerados são compatíveis com a correlação de forças e os recursos disponíveis?	3. O texto preserva a distinção entre análise e posicionamento político?
4. As recomendações distinguem probabilidade analítica de perspectiva normativa?	4. As implicações práticas são apresentadas como hipóteses condicionais ou como afirmações categóricas?

Os componentes apresentados nesta seção não operam no vazio teórico. Toda análise de conjuntura pressupõe um enquadramento analítico – esteja ele explícito ou implícito – que orienta a seleção dos acontecimentos, a identificação dos agentes, a leitura da correlação de forças e a própria definição do que conta como estrutura ou como mudança relevante. Não há observação neutra da conjuntura; há sempre uma perspectiva que organiza o olhar.

Por essa razão, é metodologicamente recomendável que o analista explicita a matriz teórica que informa sua interpretação, as dimensões que privilegia e aquelas que tende a marginalizar. Cada enquadramento ilumina certos aspectos da realidade e obscurece outros; cada escolha conceitual delimita um campo de inteligibilidade e, simultaneamente, produz zonas de sombra. Reconhecer esses limites não enfraquece a análise – ao contrário, reforça sua consistência e sua honestidade intelectual.

Do ponto de vista avaliativo, importa verificar se os pressupostos mobilizados estão claros, se há coerência entre perspectiva adotada e conclusões formuladas e se o texto demonstra consciência reflexiva acerca de possíveis interpretações alternativas. A maturidade analítica não se

mede apenas pela densidade do diagnóstico, mas também pela capacidade de explicitar os próprios limites.

2. Critérios de qualidade e padrões de maturidade analítica

As questões orientadoras apresentadas na seção anterior explicitam um conjunto de operações analíticas que estruturam uma análise de conjuntura. Contudo, responder formalmente a essas perguntas não garante a qualidade do resultado, pois é possível empregar categorias pertinentes e ainda assim produzir textos meramente descritivos, fragmentários, opinativos ou frágeis do ponto de vista argumentativo. Nesses casos, o texto não convencerá leitores mais críticos, nem servirá como guia confiável para a tomada de decisões.

Por essa razão, proponho uma tipologia de maturidade analítica estruturada em três níveis qualitativos – análises insuficientes, adequadas e excelentes. Trata-se de um conjunto de critérios de avaliação. Não se trata, porém, de mera rubrica escolar, mas de uma tipologia epistemológica destinada a explicitar o que distingue análises superficiais de leituras intelectualmente maduras da realidade.

Antes disso, cabe dizer que análises de alta qualidade tendem a compartilhar certas propriedades estruturais, que busco resumir antes de propor os critérios de avaliação.

A primeira é a clareza do recorte: a delimitação temática, temporal e espacial deve ser explícita e coerente com o problema formulado, definindo com precisão o objeto da análise e os limites do que está sendo examinado.

A segunda é a seleção e hierarquização de evidências: os acontecimentos e processos não são listados de modo indiscriminado, mas escolhidos por sua relevância explicativa e organizados segundo uma hierarquia analítica, e não apenas segundo sucessão cronológica.

Em terceiro lugar, é preciso caracterizar os agentes centrais e secundários, com a identificação de seus interesses, estratégias e recursos efetivamente mobilizáveis, sempre fundamentada nas evidências disponíveis e isenta de atribuições arbitrárias.

Quarto, a análise deve reconstruir a correlação de forças, concebida não como simples agregação de capacidades isoladas, mas como configuração relacional e dinâmica de alianças, antagonismos e recursos efetivamente convertidos, ou potencialmente conversíveis, em influência sobre o curso da conjuntura.

Quinto, uma análise madura combina diferentes escalas, articulando níveis distintos – conjuntural, histórico e estrutural – e distinguindo adequadamente transformações conjunturais de possíveis mudanças estruturais.

Sexto, o texto deve manter um alto nível de coerência argumentativa, isto é, suas conclusões devem derivar de forma consistente do marco teórico adotado e das evidências mobilizadas, mantendo coerência interna entre pressupostos, dados e inferências.

Sétimo, é crucial que a análise possua densidade interpretativa. O texto deve ir além da mera descrição, para conferir inteligibilidade à conjuntura, por meio da explicitação de mecanismos causais, mediações institucionais e relações plausíveis entre os fenômenos investigados. Não basta relatar o que aconteceu; é preciso interpretar por que ocorreu e quais são suas implicações para o desdobramento da história.

Por fim, com relação à construção de cenários futuros e à apresentação de recomendações estratégicas, as análises devem derivar logicamente do diagnóstico, explicitar suas condições de validade e distinguir claramente possibilidades, probabilidades e incertezas.

Com base nessas propriedades, é possível caracterizar três níveis qualitativos de maturidade interpretativa – não como rótulos rígidos, mas como uma gramática comum para fomentar a discussão da qualidade intrínseca de determinada análise de conjuntura por parte daqueles que formam parte de uma comunidade científica interessada nesse gênero textual.

2.1 Análises insuficientes

As análises insuficientes caracterizam-se por fragilidade estrutural na articulação entre categorias analíticas e evidências empíricas. Embora possam mencionar alguns dos componentes obrigatórios da análise de conjuntura, ou até todos eles, não conseguem integrá-los de modo

coerente e relacional. Predomina a descrição factual, a enumeração cronológica de acontecimentos ou a exposição de opiniões normativas que não derivam de diagnóstico sistematicamente construído.

O recorte temático, temporal ou espacial tende a ser impreciso; a identificação de agentes e interesses aparece superficial ou arbitrária; a reconstrução da correlação de forças é ausente ou meramente declarativa. As afirmações explicativas carecem de sustentação empírica consistente, e eventuais cenários prospectivos são apresentados como conjecturas desvinculadas das tendências identificadas.

Em síntese, análises insuficientes distinguem-se por: uso incompleto ou superficial das categorias estruturantes; predominância de descrição ou opinião; ausência de reconstrução relacional do poder; generalizações não fundamentadas; projeções especulativas. Nessas condições, o texto não alcança o patamar mínimo de inteligibilidade exigido para ser considerado análise propriamente dita.

2.2 Análises adequadas

As análises adequadas mobilizam de forma consistente as categorias constitutivas da análise de conjuntura e articulam-nas com evidências empíricas pertinentes. O recorte é claramente delimitado, o problema é explicitado e os agentes centrais são identificados com seus respectivos interesses, recursos e estratégias. A correlação de forças é reconstruída de modo plausível, ainda que sem grande sofisticação teórica ou fundamentação empírica.

Há coerência interna entre pressupostos teóricos, evidências mobilizadas e conclusões apresentadas. As explicações propostas são sustentadas por dados e mantêm razoável equilíbrio entre descrição e interpretação. Quando há cenários prospectivos, estes decorrem do diagnóstico, embora possam carecer de maior hierarquização de probabilidades ou aprofundamento dos mecanismos causais envolvidos.

Em síntese, análises adequadas apresentam: recorte preciso; uso consistente das categorias estruturantes; articulação básica entre teoria e empiria; explicações plausíveis; coerência argumentativa. São interpretações corretas e informativas, capazes de iluminar a conjuntura examinada, ainda que não esgotem suas mediações nem

explorem plenamente suas implicações interpretativas e estratégicas.

2.3 Análises excelentes

As análises excelentes alcançam elevado grau de integração entre marco teórico e evidências empíricas, articulando de maneira orgânica os diferentes componentes da análise de conjuntura. O recorte é preciso e problematizado; os agentes são identificados com clareza; seus interesses, recursos e estratégias são reconstruídos de modo relacional; e a correlação de forças é analisada como configuração dinâmica sujeita a deslocamentos.

Essas análises articulam escalas temporais — conjuntura, história e estrutura — e explicitam os mecanismos causais que conectam acontecimentos, decisões e tendências. Demonstram consciência reflexiva quanto aos limites do próprio enquadramento analítico e reconhecem incertezas sem abdicar da hierarquização de probabilidades. A síntese interpretativa organiza grande volume de informações com clareza conceitual, ampliando significativamente a inteligibilidade do fenômeno examinado.

Em síntese, distinguem-se por: integração orgânica entre teoria e empiria; reconstrução relacional consistente da correlação de forças; articulação entre as escalas conjuntural, histórica e estrutural; explicitação de mecanismos causais; consciência reflexiva dos limites; perspectiva disciplinada e hierarquizada. Nesses casos, a análise não apenas descreve ou explica a conjuntura, mas produz efetiva ampliação de compreensão e fornece base sólida para decisões estratégicas.

3. Síntese interpretativa e conclusão: análise de conjuntura como produção de lucidez estratégica

A tipologia de maturidade apresentada na seção anterior reforça um ponto central: análise de conjuntura é um modo específico de produzir inteligibilidade. Sua identidade deriva do emprego articulado de categorias

analíticas e da qualidade das operações que mobiliza — entre outras, recortar, selecionar, hierarquizar, relacionar, explicar, projetar cenários e, quando pertinente, orientar decisões.

Procurei tornar essa prática científica mais explícita e, portanto, passível de ser ensinada e, não menos importante, avaliada. Ao reativar o significado de cada uma das sete categorias estruturantes, convertê-las em questões orientadoras e, em seguida, propor um conjunto de critérios de qualidade e níveis de maturidade, espero ter avançado do plano das definições para o plano das operações analíticas. O objetivo foi explicitar o que torna uma análise mais robusta, intelectualmente interessante e socialmente útil — em outras palavras, o que distingue diagnósticos consistentes de leituras impressionistas, meramente descritivas ou opinativas.

Nesse sentido, o texto oferece, a quem elabora análises, um repertório de autorreflexão: um conjunto de parâmetros que permite revisar recortes, qualificar a seleção de evidências, aprimorar a caracterização de agentes e correlações de forças e estruturar cenários prospectivos de forma disciplinada. Do ponto de vista da comunidade científica, considerada em sua dimensão institucional, propõe ainda uma linguagem comum para discutir e avaliar análises segundo critérios mais transparentes e justificáveis.

Analisar uma conjuntura é, em última instância, ordenar a complexidade do presente sob critérios explícitos de rigor. Se a análise deve produzir lucidez estratégica, essa lucidez resulta de disciplina intelectual e responsabilidade metodológica. Quando conduzida com método, a análise amplia a inteligibilidade das disputas em curso e fundamenta decisões com maior prudência. Essa é sua contribuição específica — e também a exigência permanente que acompanha o exercício dessa prática.